



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a
gestão da Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Econômico – Sede

— 30/11/2020 —

I – Apresentação

No dia 30/11/2020, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e a comissão convidada de Defesa do Consumidor e do Contribuinte receberam Fernando Passalio de Avelar, secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao ano de 2020, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II – Presenças

- **Comissão de Minas e Energia:** deputados Repórter Rafael Martins (presidente), Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças, Virgílio Guimarães e Ulysses Gomes.
- **Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:** deputadas Ione Pinheiro e Celise Laviola (substituindo a deputada Rosângela Reis) e deputado Zé Reis.
- **Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:** deputada Beatriz Cerqueira (presidente) e deputado Leonídio Bouças (substituindo o deputado Professor Cleiton).
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico:** deputados Virgílio Guimarães e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Thiago Cota).
- **Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos:** deputado Gil Pereira (presidente).
- **Outras presenças:** deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Elismar Prado, João Magalhães e Charles Santos.

III – Discussões

O secretário-adjunto Fernando Passalio de Avelar iniciou sua exposição apresentando os órgãos, empresas e autarquias que compõem a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e os principais programas e ações desenvolvidas durante o ano, com destaque para aquelas adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos.

Políticas de mitigação dos impactos econômicos e sociais negativos no contexto da pandemia de Covid-19: programa Minas Consciente

Compromisso/posicionamento do secretário-adjunto:

Entre as principais ações da secretaria está o programa Minas Consciente, que orientou quais atividades econômicas e serviços poderiam funcionar nos municípios que aderiram ao protocolo das três “ondas”, nas 14 macrorregiões do Estado, conforme os indicadores de capacidade assistencial e de propagação da Covid-19. Dessa forma, os municípios das macrorregiões que estiverem na onda vermelha só poderão permitir o funcionamento de serviços essenciais, os que estiverem na onda amarela poderão permitir também o funcionamento dos serviços não essenciais, e os municípios das macrorregiões que estiverem na onda verde poderão permitir o funcionamento inclusive dos serviços não essenciais com alto risco de contágio. O programa Minas Consciente, cuja adesão alcançou 77% dos municípios mineiros (até o momento da prestação de contas realizada), permitiu a adoção de protocolo sanitário único e robusto, a revisão dos indicadores de tomada de decisão permanentemente, que os municípios com até 30 mil habitantes pudessem passar a receber tratamento diferenciado e que os municípios pudessem optar por seguir a onda indicada por macrorregião de saúde ou por agrupamento.

Quanto à atuação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH – e da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – ARMVA – no escopo das ações de mitigação dos efeitos da pandemia, ambas apoiaram a implementação de medidas uniformes de combate à pandemia de Covid-19, no âmbito de suas respectivas regiões.

No que se relaciona ao desempenho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, a instituição financiou o projeto “Plano estratégico para desenvolvimento da vacina profilática contra o SARS-COV2 utilizando a plataforma do vírus Influenza”, desenvolvido pelo Centro de Tecnologias em Vacina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; além do financiamento para o desenvolvimento de testes para diagnóstico da Covid-19; e do lançamento do Programa Emergencial de Apoio a Ações de Enfrentamento da Pandemia de Covid-19, no escopo do qual foram submetidas 197 propostas, das quais 19 foram aprovadas, equivalendo a um desembolso de R\$1,98 milhão.

A Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – priorizou o fornecimento de energia para hospitais públicos, filantrópicos e unidades de pronto atendimento; isentou parcela de consumo de energia elétrica até junho de 2020 para pessoas cadastradas no programa de tarifa social e retomou o atendimento presencial em suas agências seguindo as diretrizes do programa Minas Consciente, com priorização de agendamentos de horários para evitar aglomerações.

Por sua vez, a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – concedeu 22% de desconto para grandes usuários de gás natural e para usuários de gás natural veicular, neste caso, em sua maioria, taxistas e motoristas de aplicativos. A empresa autorizou a indústria a pagar somente o gás consumido, ao invés do volume contratado e não utilizado devido à redução da atividade econômica.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – não aplicou juros e implementou prazo de até 24 meses para o pagamento de contas em atraso, e suspendeu, assim como a Cemig, os cortes dos usuários da tarifa social. E implementou o projeto Monitoramento Covid Esgotos em Belo Horizonte e Contagem.

Desenvolvimento regional

Compromisso/posicionamento do secretário-adjunto:

Em relação ao desenvolvimento regional, entre outras medidas o Estado facilitou a obtenção da **Carteira do Artesão totalmente virtual**, apoiou as artesãs do Vale do Jequitinhonha no fomento da comercialização de peças para a rede varejista Camicado e, em parceria com o Sebrae, lançou a 7ª edição do Catálogo de Artesanato em versão digital. Fomentou, ainda, quatro edições *online* do Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios – CMON –, com 251 empreendimentos atendidos, sendo 11 cooperativas, totalizando mais de R\$6 milhões em negócios. Ainda, fomentou a celebração do convênio Sebraetec, com potencial de atendimento de 6 mil empresas, e promoveu reformulações na política de incentivo aos Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Sobre a atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – em financiamentos de projetos de infraestrutura municipal, informou-se sobre o atendimento de 470 municípios, equivalendo à assinatura de aproximadamente 700 contratos, que perfizeram, no acumulado do ano até o momento da prestação de contas realizada, R\$297 milhões em operações de crédito.

Diante de questionamentos críticos feitos por parlamentar sobre a baixa integração de projetos de financiamento entre o BDMG, o Banco do Nordeste – BNB – e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene –, o secretário-adjunto firmou o **compromisso** de promover entendimentos entre o BDMG e as demais instituições, com a finalidade de que o banco possa ser agente financeiro de linhas de crédito disponibilizadas pelo BNB, a partir de recursos orçamentários disponibilizados pela Sudene.

REQUERIMENTOS

- **RQN nº 7.018, de 2020** – Pedido de providências à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba – Codevasf – e ao Ministério do Desenvolvimento Regional para que sejam dinamizados os investimentos na Barragem de Jequitaí, em face do seu poder de impulsionamento do desenvolvimento social e econômico.

Desenvolvimento urbano

COMPROMISSOS

Compromisso/posicionamento do secretário-adjunto:

De acordo com o gestor, o Sistema de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais emitiu 1.220 títulos de propriedades urbanas por meio da ação orçamentária Programa Mineiro de Regularização Territorial – Minas Reurb –, em relação ao qual firmou-se o **compromisso** de se dar continuidade; promoveu o suporte às prefeituras na elaboração de planos diretores municipais, com foco no desenvolvimento econômico, além de ter apoiado a estruturação de consórcios intermunicipais.

A ARMBH atuou na revisão de planos diretores municipais; promoveu a implantação do projeto Anuência 100% Digital e a digitalização integral de processos administrativos de fiscalização; propôs alteração legal do Licenciamento Urbanístico Metropolitano; além de ter revogado 107 atos normativos obsoletos, com a finalidade de facilitar o ambiente geral de negócios.

Por sua vez, a ARMVA implantou projeto de digitalização e modernização dos processos de anuência prévia e fiscalização; participou no desenvolvimento dos planos diretores de Timóteo e Santana do Paraíso, bem como no desenvolvimento do plano de gestão integrada de resíduos sólidos de Santana do Paraíso; e elaborou o Caderno de Obras e Projetos da Região Metropolitana do Vale do Aço.

NTOSREQUERIME

- **RQN nº 7.024, de 2020** – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que essa pasta se envolva nos debates em torno do Projeto de Lei Complementar nº 50/2020, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – na Região do Vale do Aço, com base nos estudos feitos pela Unileste, colabore na sua correção e construção e ajude na sua aprovação.

Desenvolvimento econômico

COMPROMISSOS

Compromisso/posicionamento do secretário-adjunto:

Atração de investimentos produtivos:

Conforme informado pelo gestor, o programa #VemPraMinas registrou, no acumulado do ano de 2020 até o momento desta prestação de contas, o montante de R\$27,4 bilhões de investimentos diretos projetados, equivalente à geração de 16,1 mil novos postos de trabalho. Entre os segmentos econômicos incluídos nos projetos de investimento estão: indústria de calçados, mineração, siderurgia, indústria metalmeccânica, de fertilizantes, de equipamentos para produção de energias

renováveis, de equipamentos médicos e hospitalares, e serviços de comércio eletrônico.

Políticas de desenvolvimento setorial:

Informou-se sobre ações relativas ao projeto Aerotrópole de Minas, que incluíram a homologação do Aeroporto Indústria, a instalação das primeiras plantas indústrias nesse ambiente, o início das operações de voos de cargas internacionais regulares, e a elaboração, em andamento, de proposta de política tributária de cargas.

Comércio exterior:

O governo realizou ações de promoção do comércio exterior, como, por exemplo, dos setores apícola de Bocaiúva, têxtil de Monte Sião, siderúrgico de Itaúna, de pirotecnia de Santo Antônio do Monte, e da cadeia produtiva do café, por meio da promoção da Semana Internacional do Café.

Desempenho do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG:

De acordo com as informações prestadas, o BDMG opera atualmente em 91% dos municípios mineiros, com aproximadamente 30 mil clientes em carteira, o que equivaleu a um crescimento de 199% de sua carteira em relação ao ano anterior, tendo desembolsado, no acumulado do ano até novembro de 2020, R\$2,58 bilhões em operações de crédito, equivalendo a uma expansão de 162% em relação ao mesmo período do ano anterior, com um total de desembolsos de R\$869 milhões direcionados a micro e pequenas empresas.

Informou-se, ainda, que o BDMG desembolsou, entre junho e novembro de 2020, R\$666,4 milhões em operações de crédito realizadas com 9,6 mil empresas, no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe. Além disso, foi informada a realização de parceria entre o BDMG e o Sebrae-MG, para implantação do programa Crédito Assistido, com fornecimento de serviços gratuitos de capacitação financeira a pequenos empreendimentos negativamente impactados pela pandemia de Covid-19.

No que diz respeito ao Plano Nacional de Retomada do Turismo, as ações do BDMG foram focalizadas na intermediação de recursos do Fundo Geral de Turismo – Fungetur –, do governo federal, da ordem de R\$300 milhões, direcionados a 90 segmentos de atividades da cadeia produtiva do turismo; no desembolso de recursos próprios, no montante de R\$71 milhões, impactando 830 empresas em 171 municípios mineiros; e na intermediação, em negociação, de recursos financeiros para operações de crédito, oriundos do Fundo Setorial Audiovisual, no montante de R\$200 milhões.

Ciência, tecnologia e inovação:

Nesse campo, de acordo com as informações prestadas, o Estado ampliou e disponibilizou cursos na plataforma *online* de qualificação tecnológica e profissional denominada Uaitec; realizou rodadas de negócios *online*, por meio da plataforma Hub Conecta, para estimular a digitalização de processos e produtos das empresas mineiras; fomentou a primeira rodada do programa Vivência Universitária em Empreendedorismo e Inovação – VUEI – e o programa Minas Livre para Inovar; realizou consulta pública para a atualização do Marco Legal Mineiro da Inovação; reduziu entraves jurídicos para compartilhamento da estrutura entre laboratórios privados e públicos, além de ter iniciado a revisão, entre outras ações, do programa de apoio às *startups*, e de ter realizado o Encontro de Inovação

online para os setores da mineração e de biotecnologia para a saúde, no escopo do programa estadual #VemPraMinas.

Sobre o desempenho da Fapemig, a instituição prorrogou programa de apoio à graduação (1,6 mil bolsas de estudo, no montante de R\$27,7 milhões); aportou R\$3,2 milhões para viabilização de projetos; e lançou o programa Vitrine Tecnológica, com mapeamento de mais de 250 tecnologias, conexão de mais de 30 núcleos de inovação e tecnologia e identificação de mais de 2,3 mil tecnologias com potencial de aproveitamento em território mineiro.

REQUERIMENTOS

- **RQN nº 7.017, de 2020** – Pedido de providências ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – para que o Sicoob, por meio de seu Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob –, correspondente do BDMG, seja credenciado para realizar operações e viabilizar linhas de crédito por ele ofertadas.
- **RQN nº 7.020, de 2020** – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para seja cumprida a determinação constitucional de repasse obrigatório de 1% da receita orçamentária estadual à Fapemig.

Investimentos e projetos em energia

Compromisso/posicionamento do secretário-adjunto:

A Cemig tem ações planejadas, com investimentos previstos até 2022, para 80 novas subestações (são mais 19% em relação às existentes), acréscimo de 2.150 MVA (mais 20%), 2.958km de linhas de alta-tensão (mais 17%) e 12.348km de média e baixa tensão (mais 2,4%). São 13 projetos em linhas de transmissão e subestações na região Leste de Minas Gerais e 14 projetos no Norte de Minas.

O gestor informou que a Cemig dispõe, no atual ciclo tarifário, de R\$6 bilhões para investimento, mas necessitaria de R\$21 bilhões para atender a demanda represada de energia do Estado. Há plantas de empresas produtoras de energia em construção e algumas já concluídas aguardando serem interligadas ao sistema de transmissão e diversas outras indústrias ou empresas instaladas aguardando sua conexão ao sistema elétrico para começarem a produzir. Na visão do governo, somente a privatização da empresa suprirá esse déficit, a modernizará e permitirá atender a demanda. A proposta da normatização necessária para isso será encaminhada à Assembleia Legislativa.

A Cemig foi criticada por parlamentares por não lutar pela participação no novo programa de energização implementado pelo governo federal, nos moldes do antigo Luz para Todos, que beneficiaria mais de 20 mil propriedades no Norte de Minas que não têm luz, e a Semad, por ser lenta nos processos de licenciamento ambiental de projetos de produção de energia solar, fato este contestado pela Sede.

REQUERIMENTOS

RQN nº 7.022, de 2020 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que a Cemig priorize e agilize a ligação do Norte de Minas Gerais à rede de transmissão e distribuição de energia elétrica do Estado.

RQN nº 7.021, de 2020 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que seja atualizado o Atlas Eólico de Minas Gerais com os parâmetros

tecnológicos atuais de aproveitamento de potencial eólico, de forma a facilitar a atração de investimento para o Estado, no processo de retomada econômica pós-Covid-19.

RQN nº 7.023, de 2020 – Pedido de providências ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e ao Ministério de Minas e Energia – MME – para que sejam abertas linhas de financiamento para a Cemig, para que essa empresa possa investir em redes de transmissão e distribuição de energia renováveis no Estado.

RQN nº 7.019, de 2020 – Pedido de providências ao governador do Estado com vistas à conclusão, pela Empresa de Pesquisa Energética, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel, dos estudos para implantação das subestações de energia elétrica em Buritizeiro e Janaúba, nos moldes adotados em Janaúba.

Investimentos e projetos em saneamento

Compromisso/posicionamento do secretário-adjunto:

O gestor apresentou planos de R\$816 milhões em investimentos da Copasa para 2020, que já totalizaram desembolsos, até a data da reunião, de R\$327,8 milhões e previsão de R\$82,5 milhões em obras em 11 municípios do Estado, além de uma linha de crédito com o Banco Europeu de R\$219,17 milhões para, em 16 meses, concluir o Sistema Pacuí, que garantirá o abastecimento de água para Montes Claros e municípios vizinhos, até 2050.

O secretário-adjunto informou que a opção pela distribuição de lucros aos acionistas da Copasa no final de 2020, em detrimento de sua aplicação em investimentos, deu-se na gestão passada da empresa e o governo atual não conseguiu reverter, sob o risco de judicialização da controvérsia.

O Idene, por meio de captação de recursos federais instalará, até o final do ano de 2020, 50 sistemas integrados de abastecimento de água na região em que atua, compreendendo a perfuração de poço, sua equipagem, caixa grande de distribuição e ramais para até 20 casas.

COMPROMISSOS

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.